

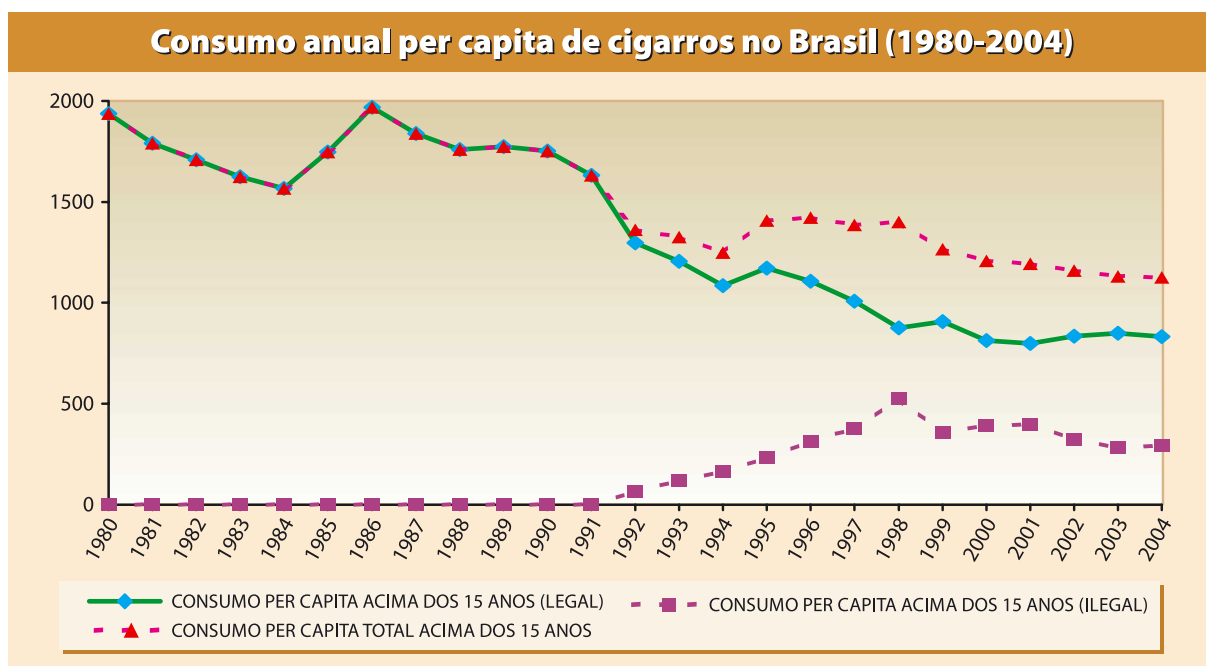
PREVENÇÃO PRIMÁRIA

O controle do tabagismo



O reconhecimento de que a rápida expansão do consumo do tabaco pode ser atribuída aos vetores da globalização fez com que, na 52ª Assembléia Mundial de Saúde, em maio de 1999, os Estados-Membros das Nações Unidas propusessem a Convenção-Quadro Internacional para o Controle do Tabaco – um tratado internacional com o objetivo de deter a expansão global do tabagismo. O Brasil é um dos mais de 130 Estados-Parte deste tratado e, apesar de ser um país em desenvolvimento e o segundo maior produtor e o maior exportador de tabaco em folhas do mundo, tem conseguido desenvolver ações fortes e abrangentes de controle do tabagismo.

E alguns resultados positivos vêm sendo observados, como a redução de 42%, entre 1989 e 2004, do consumo anual *per capita* de cigarros, mesmo computando-se as estimativas de consumo dos produtos provenientes do mercado ilegal (contrabando e falsificações). A tendência de evolução do consumo é indicador do efeito do preço real do cigarro ou da adoção de medidas efetivas para o controle do tabaco adotadas nos últimos 16 anos.

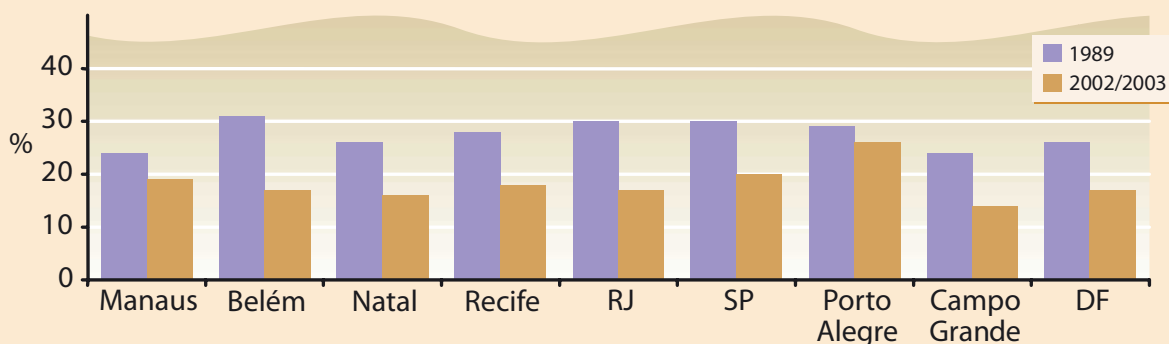


Fontes: 1) população acima dos 15 anos: MP/IBGE; 2) mercado ilegal, 1992 a 2004: MF/SRF.

Outro resultado positivo das ações de controle do tabagismo no Brasil foi a redução da prevalência de fumantes, conforme verificado no Inquérito Domiciliar sobre Comportamentos de Risco e Morbidade Referida de Agravos Não-Transmissíveis, feito pelo Ministério da Saúde em 2002 e 2003.

Dados comparativos entre este estudo e a Pesquisa Nacional de Saúde e Nutrição (PNSN) de 1989 revelam que a prevalência diminuiu de 32% em 1989 para 19% em 2002/2003. Embora esta comparação não seja direta, uma vez que a PNSN aponta dados nacionais, e o inquérito tenha estudado apenas 16 capitais, o declínio na prevalência total de tabagismo de um período para o outro pode ser observado na figura abaixo.

Prevalência de fumantes regulares ajustada por idade na população de 15 anos e + em 9 capitais no Brasil (1989 e 2002/2003)



MS/SVS/INCA, 2004 e PNSN, 1990.

O Brasil é o segundo maior produtor e o primeiro exportador mundial de folhas de fumo.

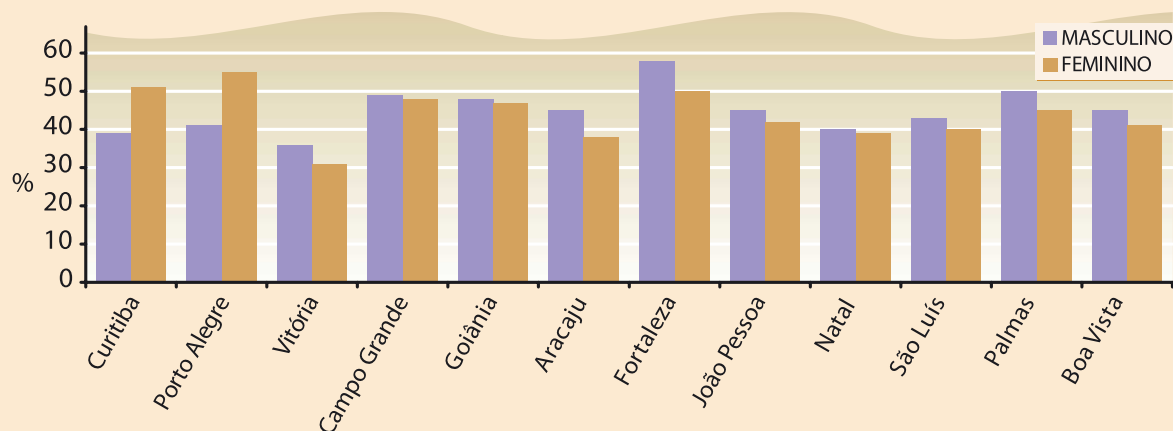


Muitos são os desafios, entretanto, a serem enfrentados. Ainda morrem no país cerca de 200 mil pessoas por ano devido ao tabagismo – provavelmente como consequência dos efeitos tardios da expansão do consumo de tabaco que teve início nas décadas de 1950 e 1960, com apogeu na década de 1970. O câncer de pulmão continua o tipo de câncer que mais mata homens no Brasil, e a segunda causa de morte por câncer entre mulheres. As taxas de mortalidade por câncer de pulmão têm aumentado com mais velocidade entre as mulheres do que entre os homens nos últimos anos, provável reflexo da tendência mais tardia de crescimento do tabagismo entre as mulheres.

Dados nacionais mostram que, embora o consumo venha caindo mesmo entre os jovens, em alguns lugares do Brasil, como Porto Alegre e Curitiba, meninas estão fumando mais do que meninos.



Percentual de escolares que já experimentaram fumar, por sexo, segundo localização geográfica em 12 capitais brasileiras (2002-2003)



MS/SVS/INCA, 2004.

Também mostram que o consumo de tabaco se concentra em populações de baixa renda e escolaridade. O fato de o cigarro brasileiro ser o sexto mais barato do mundo e a facilidade de acesso ao produto provavelmente facilitam a experimentação e a iniciação entre crianças e adolescentes. O amplo mercado ilegal de cigarros, que hoje responde por 35% do consumo nacional, insere no país cigarros ainda mais baratos que os legais, ampliando o acesso e potencializando a iniciação de jovens no tabagismo.

Além disso, duas grandes transnacionais de tabaco, a British American Tobacco, representada no país pela Companhia Souza Cruz, e a Philip Morris, que dominam o mercado brasileiro de tabaco, têm mantido fortes e contínuas estratégias de contraposição às ações de controle do tabagismo adotadas pelo Brasil. Interligadas por um sistema corporativo mundial de informações, essas companhias se mantêm atentas às tendências de mercado do tabaco e às políticas governamentais de controle do tabagismo em todo o mundo, buscando responder de forma global e eficiente aos desafios que essas políticas trazem aos lucros de seus negócios.

O Brasil tem sido alvo de muitas dessas estratégias. Embora a legislação brasileira para controle do tabaco seja uma das mais avançadas do mundo, essas companhias constantemente a desafiam, reagindo às restrições impostas à promoção, à venda e ao consumo de seus produtos.

Todo esse cenário torna evidente que as ações para o controle do tabagismo dependem da articulação de estratégias em diferentes dimensões, envolvendo diferentes setores sociais, governamentais e não-governamentais.

É sob a ótica da promoção da saúde, portanto, que desde 1989 o Ministério da Saúde vem desenvolvendo o Programa Nacional de Controle do Tabagismo como parte de sua Política Nacional de Controle do Câncer. As ações deste programa, coordenadas pelo Instituto Nacional de Câncer, são desenvolvidas em conjunto com as demais áreas do ministério e em parceria com as secretarias estaduais e municipais de Saúde e de vários setores da sociedade civil organizada, sobretudo das sociedades científicas e de conselhos profissionais da área da saúde.

Seu objetivo é reduzir a prevalência de fumantes e a conseqüente morbimortalidade relacionada ao consumo de derivados do tabaco no Brasil – com prevenção da iniciação do tabagismo principalmente entre jovens, o estímulo à cessação do fumo, a proteção da população da exposição à fumaça ambiental do tabaco e a redução do dano individual e social dos produtos derivados do tabaco.

As diretrizes do programa abrangem: construção de um contexto social e político favorável ao controle do tabagismo; equidade, integralidade e intersetorialidade nas ações; criação de parcerias para enfrentamento das resistências ao controle do tabagismo; redução da aceitação social do tabagismo; redução dos estímulos à iniciação; redução do acesso aos produtos derivados do tabaco; promoção de ambientes livres da poluição da fumaça do tabaco; redução das barreiras sociais que dificultam a cessação de fumar; aumento do acesso físico e econômico ao tratamento de dependência do tabaco; controle e monitoramento dos produtos de tabaco, de conteúdos, emissões e embalagens a estratégias de marketing e promoção; e monitoramento e vigilância das tendências de consumo e de seus efeitos sobre a saúde, a economia e o meio ambiente.

A partir de 2002, além das ações desenvolvidas em escolas, unidades de saúde e ambientes de trabalho nestes mais de 10 anos de esforços conjuntos com estados e municípios, o país vem se empenhando arduamente na introdução da estratégia de abordagem e tratamento do tabagismo na rede SUS e já conta com profissionais aptos no atendimento ao fumante em 200 municípios brasileiros (3,6%).

Muito também se avançou no Brasil no tocante à regulação de produtos do tabaco, o que torna o Brasil um dos pioneiros na adoção de medidas restritivas – como a proibição de expressões como “light” ou “baixos teores” na descrição de tipos de cigarro, que dão ao consumidor a falsa idéia de produtos mais “saudáveis”, e a obrigatoriedade de mensagens e imagens de advertência sobre os malefícios do tabaco nas embalagens. O pontapé inicial destas ações foi dado em 1999, quando a Agência Nacional de Vigilância Sanitária do Ministério da Saúde incluiu entre suas atribuições a regulamentação e a fiscalização dos produtos derivados do tabaco, dando o necessário impulso às ações de regulação e fiscalização.

A legislação brasileira, entre outras medidas, proíbe: a veiculação de propaganda de tabaco nos meios de comunicação (inclusive na internet); a promoção de eventos culturais e esportivos por marcas de cigarro; e o consumo de produtos derivados do tabaco em ambientes públicos fechados.

Muito ainda temos que caminhar; com a ratificação da Convenção para o Controle do Tabaco pelo Brasil e o esforço continuado na implementação de suas propostas, certamente teremos respaldo na luta contra esta pandemia.

Legislação federal que regula produtos do tabaco:

www.inca.gov.br/tabagismo/economia/leisfederais.pdf

Aumento de 10%
no preço do maço
reduz em 2,5% o
consumo de cigarros
por um adulto no
trimestre. Após 4
trimestres, o consumo
cai em 4,2%.